

Município / ES
A 5075.80

“Não queremos brigar pelos royalties com o Estado, mas propor o desenvolvimento dos municípios”

GUERINO BALESTRASSI

Presidente da Amunes e prefeito de Colatina

FOTO: GILDO LOYOLA



“Nosso desafio é treinar e qualificar o trabalhador e resolver o problema das invasões no município”

REGULAMENTAÇÃO PROJETO DE LEI VAI REGULAMENTAR REPASSE DE VERBAS REIVINDICADAS POR CIDADES CAPIXABAS

Dinheiro de royalties do Estado vai para obras nos municípios

Governo está disposto a repassar 5% dos direitos sobre a exploração de petróleo

DENISE ZANDONADI

O Governo do Estado está disposto a negociar com os prefeitos a possibilidade de encaminhar projeto de lei para a Assembléia Legislativa regulamentando o repasse dos 5% de royalties reivindicados pelos municípios. O assunto precisa ser amplamente discutido entre o Governo e os municípios para evitar que a questão vá para o judiciário.

A informação é do secretário de Desenvolvimento

Econômico e Turismo, Júlio Bueno, que participou do seminário “Petróleo, Gás e Desenvolvimento Sustentável”, no auditório da Findes, ontem pela manhã. Esta é, segundo Bueno, a posição do Estado que reconhece a legitimidade da reivindicação. No entanto, legalmente, o Governo não é obrigado a fazer o repasse.

“As mudanças na legislação que regulamenta o repasse de royalty provocaram esta posição confusa. O Estado nunca repassou o dinheiro referente a esta parte dos royalties”, explicou ele.

O seminário foi organizado pelo deputado federal Renato Casagrande em parceria com a Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado (Fampes) e apoio da Petro-

bras, ANP e Findes.

Os prefeitos capixabas querem que os 5% de royalties recebidos pelo Estado sejam repassados com a mesma base de cálculo do repasse de ICMS, isto é, que 25% dos 5% sejam repassados aos 78 municípios. A negociação está sendo feita pela Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), presidida por Guerino Balestrassi, prefeito de Colatina.

Balestrassi, que participou de uma mesa redonda com o prefeito de Macaé (RJ), Riverton Mussi Ramos, explicou que há um entendimento quanto à questão de que o Estado não é obrigado a fazer o repasse. “Mas, o

Governo poderia normatizar a distribuição dos recursos através de um programa de desenvolvimento estadual”.

Segundo ele, seria melhor a administração estadual estabelecer um programa de investimento em obras de infraestrutura que beneficiasse os 78 municípios, ao invés de dividir o dinheiro com base na divisão do ICMS.

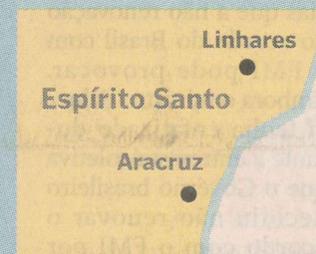
Desta forma, acredita ele, todos os 78 municípios poderiam ser beneficiados com projetos realmente importantes para o desenvolvimento sustentável. Esta proposta será discutida com a Amunes e o Governo estadual nos próximos dias, disse ele.

Campo de Jubarte fica desativado até 2006

Os projetos de produção de no campo de Golfinho, onde

O que vai acontecer

A Petrobras irá iniciar em julho a produção em Golfinho. Será um teste de longa duração, mas que já garantirá produção diária de 20 mil barris de óleo



Peroá (gás)

Produção em maio de 2005, com pico de 1 milhão metros cúbicos dia em 2009



“Nosso desafio é treinar e qualificar o trabalhador e resolver o problema das invasões no município”

RIVERSON MUSSI RAMOS
Prefeito de Macaé

FOTO: GILDO LOYOLA

Prefeito de Macaé alerta sobre preparação

A preparação dos municípios para a ampliação das atividades petrolíferas no Estado deve levar em conta a qualificação de mão-de-obra, preparação das empresas locais e a discussão sobre os efeitos provocados pelo aumento populacional nas cidades. O alerta foi feito pelo prefeito de Macaé (RJ), Riverson Mussi Ramos que participou do seminário “Petróleo, gás e desenvolvimento sustentável”, realizado na Fines ontem pela manhã. Ramos disse que Macaé pagou um preço muito alto pelo despreparo e viu sua população passar de 35 mil para quase 200 mil da década de 70 até hoje. “O município precisa criar 4 mil vagas nas escolas a cada ano para atender a todos os alunos novos, sem falar que temos necessidade de 3 mil imóveis para alugar os que moram em invasões”. Ramos disse que 53% do orçamento do Macaé são provenientes dos royalties, o que mostra a dependência da cidade ao petróleo. Para mudar este cenário, a prefeitura quer implantar um pólo tecnológico, com criação de uma universidade municipal, e um pólo industrial para atrair empresas fornecedoras de material e não só as de serviço, como ocorre hoje.

DENISE ZANDONADI

O Governo do Estado está disposto a negociar com os prefeitos a possibilidade de encaminhar projeto de lei para a Assembléia Legislativa regulamentando o repasse dos 5% de royalties reivindicados pelos municípios. O assunto precisa ser amplamente discutido entre o Governo e os municípios para evitar que a questão vá para o judiciário.

A informação é do secretário de Desenvolvimento

Campo de Jubarte fica desativado até 2006

Os projetos de produção de petróleo no Estado prevêem a desativação da exploração no campo de Jubarte, no litoral Sul do Estado, a partir de maio deste ano. O navio-plataforma que produz 17 mil barris por dia neste campo será utilizado para o projeto piloto no campo de Golfinho, no litoral Norte capixaba.

As informações foram divulgadas ontem pelo diretor de exploração e produção da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Newton Monteiro. Segundo ele, as informações fazem parte do projeto encaminhado pela Petrobras e aprovado pela ANP. Os planos da estatal prevêem iniciar a Fase 1 de Jubarte no primeiro trimestre de 2006, quando a plataforma P-34 tiver sua reforma concluída. No próximo ano, este campo deverá produzir 50 mil barris por dia.

Ainda durante a palestra na Fines, Monteiro disse que

no campo de Golfinho, onde foi descoberto óleo leve, o projeto piloto começará em maio deste ano, com produção de 20 mil barris por dia. As Fases 1 e 2 começarão no segundo trimestre de 2006 e em 2007, respectivamente. Daqui a dois anos, a Petrobras espera produzir 120 mil barris por dia neste campo.

Além dos planos de produção para os próximos anos, Monteiro falou também sobre o repasse de royalties, cujos cálculos são feitos pela ANP. Ele disse que estes recursos devem ser utilizados para garantir o desenvolvimento dos Estados e municípios produtores.

“Não pode ocorrer como em países da África, onde os royalties não tiveram esta destinação”. Nos próximos anos crescerá o repasse e Estado e municípios devem avaliar bem como será utilizado o dinheiro.

sendo feita pela Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), presidida por Guerino Balestrassi, prefeito de Colatina.

Balestrassi, que participou de uma mesa redonda com o prefeito de Macaé (RJ), Riverton Mussi Ramos, explicou que há um entendimento quanto à questão de que o Estado não é obrigado a fazer o repasse. “Mas, o

fra-estrutura que beneficiasse os 78 municípios, ao invés de dividir o dinheiro com base na divisão do ICMS.

Desta forma, acredita ele, todos os 78 municípios poderiam ser beneficiados com projetos realmente importantes para o desenvolvimento sustentável. Esta proposta será discutida com a Amunes e o Governo estadual nos próximos dias, disse ele.

O que vai acontecer

A Petrobras irá iniciar em julho a produção em Golfinho. Será um teste de longa duração, mas que já garantirá produção diária de 20 mil barris de óleo

